

CAPÍTULO 8

Construindo a Paz através da Cooperação Ambiental

*Ken Conca, Alexander Carius,
e Geoffrey D. Dabelko*

Ao longo da fronteira que separa o Peru do Equador, as espetaculares florestas úmidas da Cordillera del Condor abrigam uma abundância de espécies raras e ameaçadas. Esparsamente habitada e minimamente desenvolvida, a cordilheira ostenta uma opulência de biodiversidade só rivalizada pela riqueza de seu ouro, urânio e depósitos petrolíferos. Ao invés de se beneficiar deles, todavia, a população da Cordillera del Condor passou por décadas de hostilidade, conflitos fronteiriços e descaso governamental. Durante os meses de verão, quando o clima facilita seu acesso à região remota, forças militares de ambos os países trocam fogo de artilharia, num conflito de baixo nível, que colocou seus habitantes em perigo e desestabilizou a região fronteiriça. Finalmente, após décadas de ebulição e disputas fronteiriças acirradas, Peru e Equador cessaram

as hostilidades, em 1998, nos termos de um acordo de paz facilitado pelo Brasil, Argentina, Chile e Estados Unidos.¹

Retraçar a fronteira exigiu uma negociação inovadora. Os governos de Peru e Equador concordaram em estabelecer zonas de conservação, ao longo da divisa, que seriam administradas por suas agências nacionais, chefiadas, porém, por um Comitê Diretor binacional. Esta gestão conjunta segue uma lógica tanto ecológica quanto política. Os ecossistemas dos países são fundamentalmente interdependentes; a zona de conservação da Cordillera del Condor (ou “parque da paz”) utiliza esta interdependência para remover um obstáculo particularmente espinhoso para a paz.

Entretanto, os habitantes da cordilheira ainda enfrentam certos desafios perenes: pobreza aguda, tensões sociais e até mesmo

Ken Conca é Professor Adjunto de Governo e Política e Diretor do Programa Harrison da Agenda Global Futura da Universidade de Maryland. Alexander Carius é Diretor da *Adelphi Research*, Berlim. Geoffrey D. Dabelko é Diretor do Projeto de Mudança Ambiental e Segurança do *Woodrow Wilson International Center for Scholars*, Washington DC.

violência, parte do que é provocado pelo próprio parque da paz. Na floresta protegida em torno de Canton Nagaritza, os relatos de violência entre colonos e agências de conservação indicam que, embora os governos estejam em paz, algumas pessoas continuam em luta – mas, agora, contra os arquitetos do parque. A iniciativa do parque da paz pode fortalecer a transformação de conflitos entre os dois países, porém o esforço humano por paz e desenvolvimento sustentável continua sendo uma batalha diária.²

A onze mil quilômetros e um oceano de distância, a cooperação ambiental também está ajudando o sul da África a se recuperar de conflitos devastadores e a evitar o surgimento de novos conflitos. Após quase três décadas de guerra civil em Angola, hoje é a paz que ameaça a tranquilidade do Rio Okavango, que cai de sua cabeceira em Angola e corre para o amplo delta em Botsuana, atravessando a Namíbia, num trajeto de 1.100 quilômetros ao sul para o Deserto de Kalahari. Este ambiente prístino em uma das poucas bacias não-industrializadas que restam no mundo, abriga uma miríade de espécies de flora e fauna que escapou do impacto do desenvolvimento moderno.³

As prementes necessidades ambientais das três nações da bacia estão pressionando o frágil meio ambiente fluvial, levantando o espectro de um tipo diferente de conflito. Angola deseja reassentar seus cidadãos deslocados pela guerra, que precisarão mais da água do rio. E, como nação a montante, Angola tem o poder de perturbar acordos que, hoje, favorecem seus vizinhos a jusante. A recém-independente Namíbia também tem planos para a água do Okavango: quer construir uma adutora para seu interior árido e, vez por outra, ameaça reativar seu antigo projeto de construir uma

barragem na seção curta do rio que atravessa o país na Faixa Caprivi. Botsuana, por outro lado, defende o *status quo*, que atrai um fluxo turístico lucrativo para explorar o singular ecossistema do maior delta interiorano da África subsaariana e uma área de pantanal internacionalmente reconhecida como de grande significação ecológica.⁴

Embora estes objetivos mistos e contraditórios possam levar ao conflito, pela obtenção de maior controle sobre os recursos partilhados, há esperança de que as instituições colaboradoras – se fortes e vitais – possam gerir demandas competitivas sem violência. Em 1994, os três países criaram a Comissão Permanente da Bacia Hidrográfica do Okavango (conhecida como OKACOM) para gerir a bacia. Há um bom relacionamento entre os comissários da OKACOM e um reconhecimento crescente de que a cooperação poderá trazer benefícios maiores para todos do que as disputas pela água.⁵

A cooperação ambiental está ajudando o sul da África a se recuperar de conflitos devastadores e a evitar o surgimento de nova violência.

Infelizmente, a comissão tem se empenhado para obter recursos financeiros e uma forma política de catalisar uma cooperação proativa. Recentemente, a OKACOM convocou organizações não-governamentais (ONGs) e a sociedade civil a desempenharem um papel mais ativo do que comumente ocorre em outras bacias hidrográficas compartilhadas, reconhecendo que os três países não poderão, isoladamente, implementar estratégias eficazes de gestão. Também buscaram oportunidades de colaboração com doadores e grupos conservacionistas internacionais que

promovem desenvolvimento ambientalmente sustentável. Até agora, estes mecanismos institucionais têm sido suficientemente eficazes, equitativos e participativos em pender a balança mais para criação de confiança e cooperação do que para tensão e violência.⁶

Congregando ecologia e política a serviço da paz, a Cordillera del Condor e as instituições da bacia do Okavango são dois exemplos de uma variedade crescente de iniciativas – incluindo parques de paz, projetos de gestão de bacias hidrográficas compartilhadas, acordos de mares regionais e programas de monitoração ambiental conjunta –, que buscam promover a manutenção da paz, através da cooperação ambiental. Isto envolve esforços cooperativos para gerir recursos ambientais como forma de transformar inseguranças e criar relações mais pacíficas entre as partes em disputa. À medida que estas iniciativas se tornarem mais frequentes e ganhem ímpeto, poderão proporcionar meios de transformar o modo como as pessoas abordam conflitos e vêem o meio ambiente. Surpreendentemente, entretanto, relativamente pouco se sabe sobre os melhores projetos para essas iniciativas ou as condições sob as quais podem ter sucesso. Embora um grande número de pesquisas examine a contribuição da degradação ambiental para conflitos violentos, existem poucas avaliações, em termos de conhecimento sistemático, sobre uma possibilidade igualmente importante: a cooperação ambiental pode conduzir à paz.

Meio Ambiente e Conflito: Um Histórico

Ao longo dos últimos 15 anos, muitos acadêmicos consideraram se problemas

ambientais causam ou exacerbam conflitos violentos. Embora recursos escassos e não-renováveis, como o petróleo, venham, há muito, sendo considerados como fonte potencial de conflito, esta nova pesquisa deslocou o foco para recursos renováveis, como florestas, pesqueiros, água doce e terras cultiváveis. Grande parte desse trabalho, inclusive projetos por pesquisadores canadenses e suíços, em meados dos anos 90, constatou pouca evidência de que a degradação ambiental houvesse contribuído significativamente para a guerra entre nações. Todavia, os estudos constataram alguma evidência de que problemas ambientais podem provocar ou agravar conflitos locais oriundos de divisões sociais como etnia, classe ou religião. (Ver Tabela 8-1.)⁷

À medida que o debate meio ambiente-conflito avançava dentro da comunidade acadêmica, o conceito de “segurança ambiental” começou a atrair a atenção das instituições de segurança e legisladores em todo o mundo industrializado. (Da forma que a expressão é comumente utilizada, a segurança ambiental engloba um conjunto diversificado de preocupações, além da questão mais estreita das ligações meio ambiente-conflito, que incluem a compreensão dos impactos ambientais dos preparativos e condutas de guerra, redefinição da segurança para focar as ameaças ambientais e à saúde dos seres humanos, e utilização das instituições de segurança na ajuda ao estudo e gestão do meio ambiente.) Recentemente, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, solicitou a integração das contribuições ambientais a conflitos e instabilidades na estratégia das Nações Unidas para prevenção de conflitos, e nas deliberações do seu Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança.⁸

PAZ ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO AMBIENTAL

Nos últimos anos, governos nacionais e organizações intergovernamentais encomendaram análises especializadas sobre o conceito de segurança ambiental, visando ao desenvolvimento de diretrizes políticas e procedimentos implementadores. A União Européia discutiu formas de integrar o conceito em sua emergente política externa e de segurança e promoveu a segurança ambiental como um dos temas da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em 2002. Nos Estados Unidos, várias agências governamentais – inclusive o Departamento de Estado, Departamento da Defesa, Agência de Proteção Ambiental, Agência de Desenvolvimento Internacional e vários órgãos de inteligência – elaboraram mandatos e políticas, nos anos 90, para lidar com o meio ambiente, conflitos e ligações de segurança. Embora os eventos de 11 de setembro de 2001 tenham colocado essas idéias em segundo plano, muitas agências federais e ONGs continuam buscando meios para transformar essas idéias em programas concretos.⁹

Alegações de que a degradação ambiental induz a conflitos violentos continuam polêmicas. Céticos assinalam que a cadeia causal na maioria dos modelos de conflito ambiental é longa e tênue, com uma miríade de fatores sociais, econômicos e políticos posicionados entre mudança ambiental e conflito. Outros questionam as implicações desse conceito, temendo que definir problemas ambientais como conflito “securitizará” a política ambiental, injetando pensamentos militarizados do tipo “nós-versus-eles” num âmbito que exija respostas interdependentes e cooperativas.¹⁰

Essas reações não são surpreendentes à luz da estrutura de segurança nacional que está

freqüentemente presente em debates de segurança ambiental. Vejamos esta declaração de John Deutsch, da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos: “Sistemas nacionais de reconhecimento que rastreiam o movimento de tanques pelo deserto podem, ao mesmo tempo, rastrear o movimento do próprio deserto... A inclusão desta dimensão ambiental na análise política, econômica e militar tradicional acentua nossa capacidade de alertar legisladores quanto a instabilidades, conflitos ou desastres humanos potenciais e de identificar situações que possam atrair envolvimento americano.”¹¹

Muitos observadores interpretaram este tipo de declaração como evidência de motivos inconfessáveis. Suspeita-se que a atenção às ligações meio ambiente-conflito refletem não apenas uma preocupação genuína, mas sim um desejo de prever e isolar pontos críticos preocupantes. Preocupações ambientais podem até ser utilizadas como um raciocínio lógico para intervenções – como o interesse súbito do governo americano no longo sofrimento dos “árabes do pântano no Iraque”, que surgiu em paralelo à intervenção militar contra o regime de Saddam Hussein. Visto sob este prisma, o interesse militar dos Estados Unidos, digamos, nos campos devastadoramente desnudos do Haiti, poderia estar fundamentado num desejo de barrar ondas de refugiados haitianos, ao invés de buscar formas de lidar com a pobreza sistêmica ou de reverter a degradação de recursos naturais vitais.

Apesar do seu ímpeto em muitas partes do mundo industrializado, a idéia de segurança ambiental não tem desempenhado bem seu papel nos palcos globais. Os governos do Sul global vêm, há muito, suspeitando de que o interesse cada vez maior do Norte na proteção

Tabela 8-1. Iniciativas Nacionais e Internacionais Selecionadas sobre o Meio Ambiente, Conflito, Paz e Segurança

Grupo ou País	Ano	Iniciativa
Clube de Roma / Dep. de Estado dos EUA	1972 1981	<i>Os Limites do Crescimento</i> , do Clube de Roma e o <i>Relatório Global de 2002 ao Presidente</i> , do Governo dos Estados Unidos, chamaram atenção para os riscos ambientais e para uma gama de mudanças socioeconômicas associadas (crescimento populacional, urbanização e migração) que poderiam levar a conflitos sociais.
Comissão Independente sobre Desarmamento e Questões de Segurança	1982	Em seu primeiro relatório, <i>Segurança Comum</i> , a Comissão enfatizou a ligação entre segurança e meio ambiente.
Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	1987	A Comissão ampliou o conceito de segurança em <i>Nosso Futuro Comum</i> : "Toda a noção de segurança como entendida tradicionalmente – em termos de ameaças políticas e militares à soberania nacional – deverá ser ampliada para incluir os impactos crescentes do estresse ambiental – local, nacional, regional e global." A Comissão concluiu que "o estresse ambiental poderá desta forma ser parte importante da rede de causalidade associada a qualquer conflito podendo, em alguns casos, ser catalítico."
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) / Instituto de Pesquisa da Paz, Oslo (PRIO)	1988	Um programa conjunto entre o PNUMA e o Instituto de Pesquisa da Paz, Oslo, sobre "Atividades Militares e Meio Ambiente Humano" incluiu projetos empíricos de pesquisa em grande parte concebidos e implementados pelo PRIO. A partir desta iniciativa, o PRIO desenvolveu um foco de pesquisa sobre meio ambiente e segurança.
União Soviética	1989	Propostas para a criação de um Conselho de Segurança Ecológica nas Nações Unidas têm surgido repetidamente, ao longo dos últimos 15 anos, desde quando o Ministro do Exterior soviético, Eduard Shevardnadze, e o Presidente Mikhail Gorbachev, sugeriram à 46ª Assembléia Geral que as questões ambientais fossem elevadas a este alto status.
Governo da Noruega	1989	Em 1989, o Ministro da Defesa Johan Jørgen Holst observou que os problemas ambientais podem se tornar fatores importantes no desenvolvimento de conflitos violentos.
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	1994	O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento incluiu explicitamente a segurança ambiental como um dos componentes de "segurança humana," uma estrutura que continua a encontrar apoio entre o PNUD e alguns governos nacionais proeminentes, como o Canadá.
Governo da Alemanha	1996	O Ministro Federal do Meio Ambiente encomendou um relatório especializado sobre meio ambiente e conflito, para explorar as oportunidades de reforço de políticas e leis ambientais internacionais.

FONTE: Vide nota final 7

PAZ ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO AMBIENTAL

Tabela 8-1. (continuação)

Grupo ou País	Ano	Iniciativa
Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica	1998	O Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica encomendou um relatório especializado sobre meio ambiente e conflito.
Organização do Tratado do Atlântico Norte	1999	Em março de 1999, o Comitê da Organização do Tratado do Atlântico Norte sobre os Desafios da Sociedade Moderna publicou um relatório abrangente, <i>Meio Ambiente e Segurança dentro de um Contexto Internacional</i> , após uma consultoria de três anos com legisladores e especialistas em segurança, meio ambiente e estrangeiros.
União Européia	2001	Em abril de 2001, o Conselho de Assuntos Gerais da UE apresentou sua estratégia de integração ambiental sobre a questão de meio ambiente e segurança e a contribuição do desenvolvimento sustentável à segurança regional (adotada em março de 2002).
	2002	A UE discutiu como integrar segurança ambiental em sua emergente política externa e de segurança e a promoveu como tema para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2002.
Agência Suíça de Cooperação para o Desenvolvimento	2002	A Agência Suíça de Cooperação para o Desenvolvimento explorou formas de adaptar avaliações de paz e impactos de conflito a projetos selecionados do seu programa ambiental.
Nações Unidas	2002	O Secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, solicitou uma melhor integração das contribuições ambientais a conflitos e instabilidades, na estratégia da organização sobre prevenção de conflitos e nas deliberações do seu Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças.
Governo da Alemanha	2004	O Plano de Ação Federal sobre Prevenção de Crise Civil, Resolução de Conflito e Consolidação da Paz Pós-conflito (publicado em maio de 2004, após aprovação parlamentar) identificou o desenvolvimento sustentável e a cooperação ambiental transfronteiriça como fatores decisivos para a promoção da paz e da estabilidade.

FONTE: Vide nota final 7

ambiental internacional pode prejudicar sua própria busca pelo desenvolvimento econômico. Num contexto de um diálogo ambiental Norte-Sul já contencioso, os países pobres freqüentemente vêem o conceito de segurança ambiental como uma agenda de país

rico servindo aos interesses de países ricos para controle de recursos naturais e de estratégias desenvolvimentistas. Vista sob este ponto de vista, a ênfase do Norte sobre ameaças à segurança do Sul desloca o ônus da responsabilidade dos males globais, sugere

uma lógica para intervenção no uso dos recursos do Sul e sublinha a tênue soberania dos países pobres, em face de um poder econômico, militar e institucional, desigualmente distribuído. Muitos brasileiros, há muito, vêem com suspeita a caracterização da Amazônia pelo Norte como “pulmão da Terra,” considerando-a como parte de uma campanha de “internacionalização” da floresta e obstrução do desenvolvimento.¹²

Dadas essas preocupações, a reformulação de debates ambientais em termos de segurança não tem sido um catalisador eficaz para a cooperação ambiental global. Eis aí um paradoxo: a apresentação de um problema como de “segurança ambiental” poderá inibir a cooperação, justamente nos locais onde as inseguranças ecológicas das pessoas e comunidades são mais flagrantes.

Por Que o Meio Ambiente?

Um número crescente de vozes tem sugerido que focar a paz – e não a segurança – poderá proporcionar um meio de romper o impasse. Como instrumento de paz, o meio ambiente oferece algumas qualidades úteis, talvez até singulares, que se prestam à criação de paz e transformação de conflito: desafios ambientais ignoram fronteiras políticas, exigem uma perspectiva de longo prazo, encorajam participação local e não-governamental e estendem a criação de comunidades, além das ligações econômicas polarizadoras. Estes predicados, às vezes, tornam a cooperação ambiental transfronteiriça difícil de ser alcançada. Porém, onde a cooperação efetivamente se enraíza é que é importante incrementar confiança, implantar hábitos cooperativos, criar o compartilhamento de

identidades regionais em torno de recursos compartilhados e estabelecer direitos e expectativas mutuamente reconhecidos.¹³

A interdependência de ecossistemas oferece oportunidades de mútuo benefício. Quando vistos isoladamente, os problemas ambientais freqüentemente criam graves dicotomias a montante e jusante, complicando a cooperação. Por exemplo, a maioria das leis hídricas internacionais parte da premissa de que nações a montante e jusante têm interesses fundamentalmente diferentes quanto ao uso da água e da proteção ambiental. Mas, as comunidades caracteristicamente possuem muitas interdependências ecológicas simultaneamente sobrepostas; locais a montante de um vizinho numa relação ecológica podem estar a jusante em relação à outra (ver Capítulo 5). Por exemplo, o Japão está “a jusante” das chaminés industriais da China, porém os dois países compartilham um ecossistema marinho regional. Os Estados Unidos estão a montante do México, no Rio Colorado, porém, a jusante (pelo menos no sentido físico) das indústrias tóxicas que se desenvolvem na fronteira EUA-México. Estas interdependências complexas criam oportunidades para reunir os diferentes problemas ambientais em formas mais estruturadas de cooperação ambiental.

Por sua própria natureza, os problemas ambientais exigem ação preventiva, implicam horizontes de mais longo prazo e requerem um reconhecimento de mudanças súbitas, surpreendentes e dramáticas. Dadas estas características, a cooperação ambiental pode influenciar tomadores de decisão a abraçarem horizontes de mais longo prazo, para que os ganhos futuros tenham peso maior nos cálculos atuais. Por exemplo, tem se tornado mais comum nos últimos anos as nações que assinam acordos sobre bacias hidrográficas

compartilhadas criarem uma comissão permanente da bacia como plataforma para troca de informações, iniciativas de conhecimento comum e uma perspectiva de mais longo prazo sobre a gestão da bacia compartilhada.¹⁴

Questões ambientais encorajam as pessoas a trabalharem em nível de sociedade-a-sociedade, como também no nível entre nação. Comunidades nacionais podem se unir através de fronteiras em torno de interdependências ecológicas, dando, às vezes, os primeiros passos para um diálogo que seria difícil através de canais oficiais. A longo prazo, a interação regular entre cientistas e ONGs poderá ajudar a alicerçar a confiança e a cooperação implícita. Apesar das batalhas diárias nas ruas da Margem Ocidental e na Faixa de Gaza, para citar apenas um exemplo, os palestinos e israelenses continuam a se reunir informalmente para administrar aspectos de seus recursos hídricos compartilhados.

É quase um artigo de fé entre internacionalistas liberais que a interdependência crescente é uma força para a paz na política mundial. Todavia, a interdependência baseada predominantemente em ligações comerciais e de investimento pode ter efeitos profundamente polarizadores, como visto na reação contra a globalização econômica. A cooperação ambiental oferece uma oportunidade importante para estender a construção comunitária transfronteiriça, além da esfera estreita e frequentemente polarizadora das ligações econômicas. Por exemplo, muitas organizações civis e grupos locais no México e Estados Unidos, que se opõem ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte (ALCA), estão envolvidos em esforços conjuntos de proteção ambiental ao longo e através da fronteira.¹⁵

De forma mais ambiciosa, e também mais especulativa, pode ser que a cooperação ambiental transfronteiriça possa também ajudar a criar um conceito mais amplamente compartilhado de lugar e de comunidade. Uma consequência poderá ser a soltura das amarras tradicionais de identidades políticas “exclusionárias” a favor de um sentido mais amplo de comunidade ecológica.

Utilizando Cooperação Ambiental para Construir a Paz

A maioria das iniciativas de paz através da cooperação ambiental se enquadra em uma de três categorias parcialmente justapostas: esforços de prevenção de conflitos relacionados diretamente ao meio ambiente, tentativas de iniciar e manter diálogo entre as partes em conflito e iniciativas para criar uma base sustentável para a paz. Se a exigência mínima para paz é a ausência de conflito violento, então, a cooperação ambiental pode desempenhar um papel na prevenção do tipo de violência, que pode ser provocada pela exploração predatória de recursos, degradação de ecossistemas ou destruição de meios de vida lastreados em recursos naturais. Não é de se estranhar que estudos ligando a degradação ambiental a consequências violentas tenham apontado para a necessidade de aliviar as pressões sobre meios de vida e realçar a capacidade das instituições de responderem aos desafios ambientais. Em outras palavras, a forma mais direta de se fazer a paz através da cooperação ambiental poderá ser a ação preventiva de conflitos ambientalmente induzidos.¹⁶

A cooperação ambiental pode também aliviar descontentamentos grupais que se

formam em torno de injustiças ecológicas ou são exacerbados por elas. Problemas ambientais que se agravam podem criar uma ligação perigosa entre insegurança material e identificação das pessoas como um grupo marginalizado. Em cenários onde a etnia afeta as oportunidades políticas e econômicas, os efeitos ambientais freqüentemente se desenvolvem de forma desigual também ao longo de linhas étnicas. Assim, muitas das áreas de maior poluição industrial nas nações bálticas pós-União Soviética abrigam, basicamente russos étnicos – criando um mix potencialmente explosivo de identidades etno-nacionais, acentuando a desigualdade social e insatisfações ambientais. Uma cooperação ambiental proativa poderia ajudar a aliviar uma fonte importante de descontentamento que está exacerbando esses tipos de divisões sociais.

Uma segunda abordagem à paz através da colaboração ambiental vai além de conflitos com componente ambiental específico, buscando construir a paz através de respostas cooperativas a desafios ambientais compartilhados. Iniciativas que visem problemas ambientais compartilhados podem ser utilizadas para estabelecer uma linha direta de diálogo, quando outras tentativas diplomáticas falharam. Em muitas ocasiões, governos presos a relacionamentos marcados por suspeita e hostilidade – quando não violência declarada – constataram que questões ambientais são um dos poucos temas em torno dos quais um diálogo contínuo pode ser mantido.

Um dos conflitos não-solucionados mais graves na região politicamente instável do Cáucaso é a disputa entre Armênia e Azerbaijão pelo controle de Nagorno-Karabakh. No outono de 2000, a Geórgia, que vem mediando um diálogo sobre questões

conservacionistas, persuadiu os dois a estabelecerem uma reserva trilateral da biosfera na região sul do Cáucaso. Os organizadores esperam que a cooperação ambiental regional irá acentuar a preservação natural, o desenvolvimento sustentável e, acima de tudo, a estabilidade política. Este projeto de longo prazo fará primeiramente coleta de dados, capacitação e conscientização. Embora Armênia e Azerbaijão não estejam, no momento, dispostos a cooperar diretamente, o acordo prevê que reservas naturais da biosfera serão implantadas e finalmente fundidas. Os dois governos também solicitaram uma avaliação ambiental internacional independentemente de Nagorno-Karabakh; dados objetivos, aceitáveis por ambas as partes, poderiam pelo menos lançar as bases para cooperação.¹⁷

Apesar das batalhas diárias nas ruas da Margem Ocidental, palestinos e israelenses continuam a se reunir informalmente para administrar aspectos de seus recursos hídricos compartilhados.

Uma tentativa semelhante está sendo feita na Cashemira, alvo de uma disputa acirrada entre Índia e Paquistão, desde a descolonização britânica e o fim da II Guerra Mundial. Alguns conservacionistas internacionais argumentam que a implantação de um parque da paz nas montanhas Karakoram, entre Índia e Paquistão, que marcam a extremidade ocidental do Himalaia, ajudaria na administração do conflito fronteiriço, promovendo uma gestão conjunta deste singular ambiente glacial, onde muitas baixas militares são causadas mais pelos elementos do que pelo fogo inimigo. A idéia de gestão conjunta está

PAZ ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO AMBIENTAL

também enraizada no reconhecimento de que a poluição é a maior ameaça a este ambiente singular. Sem dúvida, um programa de conservação conjunta numa área remota, despovuada, onde o custo de montar operações militares sustentadas é proibitivo, parece inadequado para transformar a dinâmica estrutural do conflito Índia-Paquistão. Todavia, considerando o atual cessar-fogo e o recente esfriamento das tensões, há um sentimento crescente que engajamentos transfronteiriços deste tipo têm um papel importante a desempenhar na transformação de conflitos.¹⁸

Desafios ambientais compartilhados podem ser úteis, não só para iniciar diálogos, mas também para efetivamente transformar, através do rompimento das barreiras à cooperação, relações de conflito – transformando desconfiança, suspeita e interesses divergentes numa base de conhecimento e objetivos compartilhados. Questões tecnicamente complexas, onde as partes trabalham a partir de bases rivais de conhecimento fragmentado, podem acentuar desconfianças. Para superar isto, a complexidade técnica em torno de muitas questões ambientais poderia ser utilizada para criação de conhecimento cooperativo conjunto. Por exemplo, a OKACOM identificou avaliações conjuntas da vazão do rio Okavango e dos impactos potenciais da hidroenergia e desvios para irrigação como um passo decisivo para o desenvolvimento de bases acordadas para uma gestão exitosa e pacífica dos recursos hídricos.¹⁹

Iniciativas acanhadas governo-a-governo correm o risco de criar condições mais eficientes para pilhagens de recursos, sem promover paz ou sustentabilidade.

Os céticos poderão ser tentados a descartar essas iniciativas como questões marginais, não relacionadas à essência de conflitos arraigados – do mesmo modo, talvez, que a cooperação das superpotências no espaço sideral durante a guerra fria. Porém, a importância política e econômica da cooperação ambiental é alta: nos exemplos fornecidos neste capítulo, isto está claro para as partes envolvidas. Problemas em torno de bacias hidrográficas compartilhadas, biodiversidade regional, ecossistemas florestais ou padrões de uso do solo e da água são questões polêmicas e de alto valor, que envolvem a nação em seus níveis mais altos.

Uma terceira linha de paz através da cooperação ambiental reconhece que uma paz duradoura exigirá um alicerce de sustentabilidade. Um foco acanhado sobre o fato de a carência hídrica “causar” ou não violência entre israelenses e palestinos, por exemplo, não percebe o ponto principal: como uma questão de alto valor, a resolução dos problemas hídricos compartilhados se torna uma condição necessária para uma paz mais ampla. Embora as tensões relacionadas à água entre israelenses e palestinos possam não ter precipitado o conflito maior, a gestão dos recursos hídricos não é só uma linha potencial de salvação para a continuação de diálogo durante o conflito, mas também uma questão-chave das negociações para o término do conflito. Nos Acordos de Paz de Oslo, entre palestinos e israelenses, a água assegurou seu próprio grupo negociador, da mesma forma que faz nas negociações entre Índia e Paquistão, iniciadas em 2004. Seja a água a causa fundamental de conflito ou apenas exacerbadora das diferenças existentes, não haverá paz duradoura sem uma base hídrica sustentável para a região.²⁰

Desafios Remanescentes

Apesar do potencial ambiental para o estabelecimento da paz, um olhar cético é necessário quando essas iniciativas continuam restritas à jurisdição de governos e elites político-econômicas. Iniciativas que melhorem a confiança e a reciprocidade entre governos sem promover uma base mais ampla de sociedade a sociedade para a paz correm o risco de reforçar uma lógica estatal de segurança nacional de “soma zero”. São também propensas a esforços mitigatórios de curto prazo que não consideram o alcance pleno do problema. Um acordo marginal à ALCA criou um mecanismo inovador para financiar projetos comunitários na fronteira EUA-México, por exemplo. Porém, investimentos em iniciativas cooperativas durante os primeiros anos de operação foram apenas uma fração do que havia sido projetado e muitos grupos civis em ambos os lados da fronteira reclamaram por ter ficado fora do processo.²¹

Iniciativas acanhadas de governo-a-governo também correm o risco de criar condições mais eficientes para pilhagens de recursos, sem promover paz ou sustentabilidade. Muitos acordos fluviais internacionais são insinceros nos princípios de gestão cooperativa de bacias hidrográficas, concentrando-se principalmente em esquemas de capital intensivo para desenvolvimento de recursos hídricos e transferências entre bacias.

Igualmente, parques da paz no sul da África servem como meio de reconciliação entre inimigos da era do *apartheid*, conseguindo ganhos conservacionistas, ao derrubar cercas políticas que arbitrariamente destroem habitats. Mas há o perigo de governos estarem simplesmente tomando decisões sem levar em conta os interesses daqueles mais afetados pelos

projetos. O ecoturismo pode beneficiar bem mais ricos hotéis e investidores estrangeiros do que as populações locais vivendo à sombra de parques da paz e áreas de preservação transfronteiriças. Dentro da Comunidade de Desenvolvimento do Sul da África, a implantação de áreas de preservação transfronteiriças proporcionou um forte impulso à cooperação regional. Todavia, os projetos foram mais bem-sucedidos quando, após um processo apressado e basicamente verticalizado de implantação dos primeiros parques da paz, foi outorgado às comunidades locais maior controle sobre a terra e recursos.²²

A preservação natural transfronteiriça possui um potencial significativo de contribuir para a prevenção de conflito, principalmente ao facilitar a comunicação, melhorar os meios de vida locais e promover benefícios ecológicos, sociais, econômicos e políticos das áreas sob proteção. Não obstante, as tensões continuam entre, de um lado, os imperativos da preservação natural gerida pelo Estado e, do outro, as atividades econômicas das populações indígenas.

Uma dose saudável de realismo também é necessária, com relação à questão crucial de compromisso. Mesmo onde as iniciativas foram desenvolvidas visando à paz e à criação de confiança, freqüentemente, tem havido pouco avanço. O Mar de Aral é um exemplo admonitório dos desafios de paz efetiva, através de cooperação ambiental. Quando a União Soviética entrou em colapso, em 1991, o que havia sido o quarto maior corpo d'água interiorano, em 1960, era apenas uma sombra do seu passado. Com seus rios tributários represados e desviados para programas de irrigação, o nível do mar caiu cerca de 15 metros, sua superfície foi cortada ao meio, seu nível de salinidade triplicou e seu volume

PAZ ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO AMBIENTAL

diminuiu em dois terços. Os novos Estados independentes da Ásia Central enfrentaram uma crescente crise socioeconômica, criando condições de irrupção de conflitos hídricos ao longo das linhas etno-nacionais.²³

Com ajuda do Banco Mundial e outras agências ocidentais, os países ripários dos tributários do Mar de Aral, o Amu e Syr Darya, esquematizaram uma estrutura cooperativa para responder à crise. Ao fazê-lo, estabilizaram as relações entre nações durante uma época de turbulência política regional. De acordo com a pesquisadora Érika Weinthal, a iniciação da cooperação hídrica pelos recém-formados Estados independentes pós-União Soviética pode ter ajudado a evitar a violência hídrica.²⁴

A interdependência compartilhada durante o tumulto pós-soviético foi suficiente para levar Uzbequistão, Casaquistão, Turcomenistão, Tajiquistão e Quirjistão à mesa de negociações, porém, não alterou o problema fundamental: a morte lenta do Mar de Aral, acentuando as inseguranças da população regional. O problema básico – práticas agrícolas insustentáveis – mal foi considerado e a nova estrutura cooperativa criou pouco, ou nenhum, espaço democrático para os interessados ou para a sociedade civil. O Banco Mundial e as agências bilaterais de ajuda podem ter desempenhado um papel catalisador mediando o acordo entre nações durante a crise, porém, falharam, não criando formas mais robustas de governança ambiental regional. Na realidade, irrompeu a síndrome comum do compromisso frouxo, conhecida como “fadiga de doador”, e o cinismo quanto aos motivos dos governos da região e os atores internacionais é profundo. A transformação desta situação exigirá um compromisso de recursos a longo prazo, a

fim de colocar a economia da região em bases sustentáveis e de iniciativas novas para aumentar o engajamento da sociedade civil neste processo.²⁵

Tornando a Paz através da Cooperação Ambiental uma Realidade

Há muito, está evidente, mesmo que não tenha inspirado ação, que a cooperação ambiental transfronteiriça pode gerar vantagens ambientais, econômicas e políticas tangíveis. Adequadamente planejadas, iniciativas ambientais também podem reduzir tensões e probabilidade de conflito violento entre países e comunidades. Estratégias de paz através da cooperação ambiental oferecem uma oportunidade para formar um arcabouço político prático e positivo de cooperação que pode engajar uma ampla comunidade de interessados, ao reunir questões relacionadas ao meio ambiente, desenvolvimento e paz.

Estratégias de paz, através da cooperação Ambiental, oferecem a oportunidade de formar um arcabouço político prático e positivo para cooperação.

Obviamente, a cooperação ambiental não surge de forma automática ou fácil, nem irá automaticamente incrementar a paz. Tudo depende da forma institucional específica de cooperação. Todavia, o conhecimento sobre iniciativas destinadas especificamente a lidar com violência e insegurança é limitado. Em termos simples, governos e outros atores não têm se dedicado suficientemente a atividades cooperativas sobre problemas ambientais, voltadas para a paz, que permitam conclusões

seguras. Onde já iniciaram programas, apenas começaram a compartilhar experiências e conhecimento sobre o assunto, através de avaliações de paz-e-conflito de projetos e programas ambientais. Sem este conhecimento, a comunidade internacional poderá estar perdendo grandes oportunidades de paz no âmbito do meio ambiente.

O desafio, então, é reunir evidências – não importa quão parcial ou indiretas – de que estratégias mais agressivas de paz através da cooperação ambiental podem criar oportunidades. Estas evidências poderão ser utilizadas para instar governos, organizações não-governamentais, movimentos sociais e outros fatores a serem mais agressivos na cooperação ambiental. A identificação de derivantes confiáveis de meios para a paz poderá tornar as pessoas mais dispostas a investirem nesses projetos.

A ENVSEC (sigla em inglês da Iniciativa para o Meio Ambiente e Segurança), uma parceria entre a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, lançada no outono de 2002, é uma tentativa importante para testar os argumentos da paz através da cooperação ambiental. Seu objetivo é identificar, mapear e responder a situações onde problemas ambientais ameaçam gerar tensões ou ofereçam oportunidades para sinergias cooperativas entre comunidades, países ou regiões.²⁶

O esforço é notável não só pela sua aplicação de uma abordagem de paz através da cooperação ambiental. É também a primeira cooperação formal entre essas três organizações que se especializam individualmente em segurança, meio ambiente e

desenvolvimento. Assim, a ENVSEC se beneficia não apenas em muito dessas especializações distintas, mas complementares, como também de uma rede de presenças de campo em suas regiões de operação: sudeste europeu, Ásia central e países ao sul do Cáucaso. (Ver Quadro 8-1.)²⁷

Na divisão do trabalho, a OSCE assume a liderança em desenvolvimento de programas e questões políticas, o PNUMA contribui com sua experiência em avaliação, comunicação visual e apresentação, e o PNUD está mais intimamente envolvido com desenvolvimento institucional e implementação de projetos. Os desafios, naturalmente, continuam: os três parceiros têm culturas organizacionais e modos operacionais muito diferentes, que não foram projetados para cooperação formal com outras organizações internacional ou gestão conjunta de projetos.

A ENVSEC ilustra os obstáculos comumente enfrentados pelas tentativas de colocar as idéias de paz através de cooperação ambiental em operação. O conceito de ligações meio ambiente/segurança é, às vezes, contestado por governos anfitriões ou, pelo menos, considerados menos significativos do que outros problemas regionais. Ao mesmo tempo, a iniciativa enfrenta expectativas financeiras, políticas ou outras de apoio desenvolvimentista, que estão além do seu alcance. Vários interessados têm expectativas diferentes e as sensibilidades políticas devem ser sempre consideradas. Apesar destes problemas, o valor da ENVSEC está exatamente na aplicação prática, que serve para revelar a complexidade cotidiana da paz através da cooperação ambiental. Regiões mundiais, tão diversificadas como a Europa oriental pós-soviética, o sul da África pós-apartheid, o nordeste da Ásia pós-guerra fria e a América do Norte sob a

QUADRO 8-1. ENFOCANDO RISCOS AMBIENTAIS E À SEGURANÇA E OPORTUNIDADES NO SUL DO CÁUCASO

O sul do Cáucaso – formado pela Armênia, Geórgia e Azerbaijão – vem sendo, há muito, um foco de mudança, uma ponte entre Ásia e Europa. Hoje, transformações sociais, políticas e econômicas estão alterando relações centenárias entre países e comunidades e afetando o meio ambiente natural. A região é marcada por instabilidades que podem ser divididas em duas categorias gerais. Primeiro, há um perigo constante de violência relacionada a conflitos de identidade herdados do colapso da União Soviética, incluindo o conflito Armênia-Azerbaijão sobre a região Nagorno-Karabakh, o conflito Geórgia-Ossetia e o conflito Geórgia-Abkhazia, com possíveis efeitos do norte do Cáucaso. Segundo, outros conflitos (geralmente menos violentos) podem surgir do declínio de padrões de vida e mudanças no cenário político, que ocorreram devido a choques entre grupos dominantes e elites rivais, ou entre os “ganhadores” e “perdedores” do desenvolvimento socioeconômico pós-soviético.

Os países do sul do Cáucaso também enfrentam imensos problemas ambientais como legado do período soviético. Alguns dos principais, pressionando as relações entre nações e a segurança humana, incluem a falta de dados atualizados precisos; a qualidade da água e o tratamento de esgoto; a irrigação e a degradação de sistemas de drenagem; o desmatamento; e a degradação da terra e do solo, incluindo deslizamentos e desertificação. A poluição do petróleo, os terremotos, a condição do Mar Negro e do Mar Cáspio e a contaminação radiativa não afetam, igualmente, todos os três países, porém ainda concorrem para o risco dos efeitos ambientais negativos transfronteiriços.

Em maio de 2004, uma avaliação da Iniciativa de Meio Ambiente e Segurança foi realizada na Armênia, Azerbaijão e Geórgia, envolvendo representantes dos ministérios do meio ambiente, relações exteriores, agricultura, defesa e saúde, como também da sociedade civil e comunidade científica. Uma questão central para a Iniciativa foi como a cooperação ambiental pode ser incentivada em áreas prioritárias transfronteiriças, onde

questões de segurança e ambientais ou pressões sobre recursos naturais coincidem.

Foram identificados três conjuntos de ligações meio-ambiente/segurança. Degradação ambiental em zonas de conflito e falta de informação sobre o estado do meio ambiente são pontos de discórdia em relação a Nagorno-Karabakh e Abkhazia. Além disso, a crescente produtividade econômica pode aumentar as tensões sobre o acesso a recursos naturais, como água limpa, solo e espaço para habitação, podendo agravar a poluição. Finalmente, o fracasso de um governo no manejo apropriado dos recursos naturais e condições do meio ambiente, poderá aumentar a frustração pública e levar governos a perderem legitimidade durante este frágil período pós-soviético.

Apesar dos interesses conflitantes, os governos do sul do Cáucaso reconhecem que alguns desafios ambientais exigem ação conjunta, como demonstram um número de projetos de gestão da bacia do Rio Kura-Araks. Mesmo enquanto graves disputas entre as partes continuam a prejudicar os esforços de cooperação, diferentes grupos declararam claramente durante a avaliação que desejavam cooperar com órgãos internacionais para aumentar o volume de informações e dados ambientais sobre poluição, a fim de tratar das questões comuns e reduzir as tensões sobre os recursos naturais.


A fim de lidar com as prioridades ambientais e de segurança, a ENVSEC compilou um Programa Preliminar de Trabalho das atividades que as organizações parceiras sugerem que sejam implementadas dentro do contexto da iniciativa. As atividades serão desenvolvidas em estreita colaboração com os interessados nas regiões e serão parte de uma abordagem “tríplice”: avaliação profunda de vulnerabilidade, alerta prévio e monitoramento de áreas “de risco”; desenvolvimento e implementação de políticas; desenvolvimento institucional, capacitação e proteção.

- Gianluca Rampolla, *Organização para Segurança e Cooperação na Europa*, e Moira Feil, *Adelphi Research*

fonte: Vide nota final 27.



Land degradation

 Degradação do solo: contaminação devido a altos níveis de pesticidas ou metais pesados (basicamente herdado do período soviético); salinização e erosão causadas por sistemas de irrigação sem manutenção adequada e elevação do lençol freático

 Áreas afetadas pelo desmatamento

 Pastos degradados por pastoreio excessivo

Polluição Hídrica

 Águas transfronteiriças e domésticas poluídas

 Lagos afetados

 Velho complexo industrial soviético, centro de mineração, ou indústria processadora (refinaria petrolífera ou siderúrgica): principal fonte de poluição do ar, solo e água.

 Rota do oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan

Questões de segurança

 Divisões administrativas da antiga União Soviética entre regiões autônomas (Ossetia do Sul e Nagorno-Karabakh foram oficialmente dissolvidas)

 Áreas de conflito fora do controle das autoridades centrais

Este mapa não implica expressão de qualquer opinião de qualquer das três agências em relação à situação legal de qualquer país, território, cidade ou área sob sua autoridade, ou delimitação de fronteiras e divisas. Adaptado e simplificado de um mapa colorido de autoria de Philippe Baboucin, UNEP/Crisis-Accord, julho 2004.

PAZ ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO AMBIENTAL

ALCA, estão estabelecendo novas relações de segurança no rastro de um período particularmente turbulento de mudanças internacionais. Em cada região, as transformações da última década criaram espaço político entre nações e sociedades para buscar um futuro mais pacífico e cooperativo, mesmo quando emergem novos e intimidantes desafios para paz e segurança.

Outra dificuldade nova é a globalização. Seus efeitos são complexos e de forma alguma inteiramente saudáveis para a sustentabilidade ecológica. Porém, a capa-

cidade de a globalização colocar a dinâmica política fora de um quadro entre nações estreito e dentro de um contexto mais amplo de sociedade para sociedade é um sinal importante e seguro. Este novo espaço social contém muito do potencial de paz através do meio ambiente. Valerá bem a pena descobrir se essas mudanças criarão oportunidades para consolidar a paz, aliviarão a insegurança ambiental e quebrarão a lógica de soma zero que tanto aflige as relações internacionais.²⁸

Impactos Ambientais das Guerras

Conflitos militares sempre causam sofrimento humano. Trazem também ameaças de mais longo prazo à segurança, como degradação ambiental e novos riscos à saúde humana. Já há sete anos o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) vem trabalhando em áreas do mundo onde o meio ambiente natural e humano foi comprometido, como consequência de conflitos. Em 1999, enquanto as instalações industriais alvejadas de Kosovo, Sérvia e Montenegro ainda ardiavam, as equipes do PNUMA realizaram a primeira “avaliação ambiental pós-conflito”.¹

O trabalho nos Bálcãs concluiu que havia vários *hotspots* ambientais onde uma ação imediata de limpeza se fazia necessária, para evitar ameaças adicionais à saúde humana, tais como as refinarias de petróleo em Pancevo e Novi Sad atingidas, e as instalações industriais em Kragujevac e Bor. O rio Danúbio estava ameaçado, devido ao vazamento de Pancebo de mais de 60 produtos químicos diferentes, incluindo mercúrio. Estas descobertas levaram, pela primeira vez, a comunidade internacional a incluir a limpeza do meio ambiente na sua ajuda humanitária pós-conflito.²

Depois dos Bálcãs, este novo instrumento ambiental foi usado na Libéria, em territórios palestinos ocupados, no Afeganistão e mais recente no Iraque. Cada

situação é única, devido à natureza particular do conflito, a sociedade e a ecologia.

No Afeganistão, duas décadas de conflito armado degradaram o meio ambiente a tal ponto que isso agora representa uma barreira aos esforços de reconstrução do país. A guerra paralisou a gestão ambiental e as estratégias de conservação anteriores, causou um colapso da governabilidade local e nacional, destruiu infra-estruturas, prejudicou a atividade agrícola e levou a pessoas para as cidades já carentes das mais básicas amenidades públicas.³

Mais de 80% dos afegãos vivem em áreas rurais, onde viram muito de seus recursos básicos – água para irrigação, árvores para alimento e energia – desaparecerem em apenas uma geração. Nas áreas urbanas, a água potável – a maior das necessidades básicas para o bem-estar humano – pode estar disponível para apenas 12% da população. Lixões mal-administrados contaminaram a água subterrânea e disseminaram a poluição aérea, e a atividade madeireira ilegal causou perda generalizada da cobertura florestal.⁴

No Iraque, um quadro similar pode ser desenhado. Lá, a avaliação do PNUMA concluiu que o conflito de 2003 e a pilhagem pós-guerra concorreram para o estresse ambiental crônico, já presente desde a guerra Irã-Iraque, de 1980, a guerra do Golfo, em 1991, a má administração

IMPACTOS AMBIENTAIS DAS GUERRAS

ambiental do regime iraquiano anterior e os efeitos involuntários das sanções.⁵

A maior ameaça para o povo do Iraque é o acúmulo da destruição física da infra-estrutura ambiental do país. Particularmente, a destruição e a falta de investimento dos

sistemas hídricos e sanitários aumentaram os níveis de risco de poluição e da saúde. Quando os cortes de energia pararam as usinas geradoras, tanto o suprimento de água potável quanto o tratamento de água servida foram ameaçados.⁶

A destruição da infra-estrutura militar e industrial, durante os vários conflitos no Iraque, liberou metais pesados e outras substâncias perigosas no ar, solo e água. A fumaça dos incêndios dos poços de petróleo, a queima das valas de petróleo durante a guerra, a pilhagem e a sabotagem causaram poluição e contaminação do ar e solo locais. A falta de investimento na indústria de petróleo reduziu a manutenção, aumentando o risco de vazamentos.⁷

Um dos principais projetos do regime de Saddam Hussein – drenagem dos Pântanos da Mesopotâmia e a construção de canais artificiais – arruinaram algumas das mais ricas áreas de biodiversidade do Iraque. A poluição hídrica está afetando não somente



Artefatos não explodidos, Bósnia

os rios Eufrates e Tigre, mas também a região do Golfo Pérsico no todo.⁸

No Iraque, como em muitas situações pós-conflito, as questões ambientais estão intimamente ligadas às necessidades humanitárias e de reconstrução. As prioridades incluem a recuperação do fornecimento de água e

sistemas sanitários, limpeza de *hotspots* poluídos e limpeza de lixões, para reduzir o risco de doenças causadas pelo lixo municipal e hospitalar. Durante a Guerra do Golfo, em 1991, e a Guerra do Iraque, em 2003, armas de urânio enriquecido foram utilizadas em vários locais do Iraque. Para proteção da população local, os locais com estes resíduos de guerra precisam ser avaliados e limpos.⁹

Em todas as áreas de conflito existem problemas ambientais de longo prazo e problemas diretamente relacionados com a ação militar. Além disso, as avaliações ambientais pós-conflito do PNUMA demonstram claramente que as crises militares são quase sempre acompanhadas por crise ambiental.

Conseqüentemente, uma lição-chave é a necessidade de minimizar os riscos para a saúde humana ambiental durante o conflito, através de prontidão e proteção civil. Imediatamente após o fim do conflito, deve

acontecer uma avaliação e uma limpeza adequadas. Apoio e fortalecimento da capacidade administrativa ambiental existente ou recém-estabelecida é crucial para a sustentabilidade de longo prazo. Na análise de como restaurar o meio ambiente, após o silenciamento dos canhões, toda a história ambiental da região deve ser levada em consideração.

Mais ainda, após o término do conflito, esforços devem ser feitos para reengajar o país na cooperação ambiental regional e internacional – especialmente quando estão em pauta recursos compartilhados, como a água. Na primavera de 2004, pela primeira vez em 29 anos, autoridades ambientais e hídricas discutiram conjuntamente o compartilhamento dos pântanos da Mesopotâmia. Velhos inimigos negociando mais uma vez assuntos ambientais. Juntamente com a melhoria do estado destes recursos, a gestão de recursos compartilhados pode servir como uma maneira

válida de desenvolver confiança entre países anteriormente hostis.¹⁰

Um modo importante de se minimizar os riscos ao meio ambiente e à saúde é através de regulamentos de guerra que limitem alvos possíveis e armas. Um bom exemplo dos instrumentos legais que podem ser usados é a convenção ENMOD [Técnicas de Modificação Ambiental], que evita o uso de mudanças artificiais no meio ambiente – como enchentes causadas pelo homem – como uma arma de guerra. Uma vez que os impactos negativos dos diferentes tipos de armas são conhecidos, e desde que exista bastante evidência dos riscos para a população, uma nova legislação se faz necessária.¹¹

O adicionamento dos custos ambientais à longa lista de consequências negativas do conflito – perda humana, refugiados, perdas econômicas – deve fazer as soluções não-violentas ainda mais atraentes.

- Pekka Haavisto,
UNEP Post-Conflict Assessment Unit